

## **Fernando Ferrari e o capitalismo solidário para o Brasil**

### **Fernando Ferrari and a solidary capitalism to Brazil**

Fernando Ferrari Filho (Professor titular da UFRGS e pesquisador do CNPq)

**Resumo:** O presente artigo objetiva analisar o pensamento e as proposições econômicas de Fernando Ferrari, ex-político do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e candidato à vice-presidência da República em 1960, visando contextualizá-los no debate econômico-social compreendido no período 1945-1963.

**Palavras-chave:** Fernando Ferrari. Desenvolvimentismo. Reforma agrária.

**Abstract:** The article aims to analyze the ideas and economic proposals of Fernando Ferrari, former representative of the Brazilian Labor Party and candidate to vice-presidency of Brazil in 1960, during the period 1945-1963.

**Keywords:** Fernando Ferrari. Developmentalism. Land reform.

**JEL Classification:** N; N16.

**Sessão e Área:** Sessão Ordinária e Área 2, 2.1, História Econômica e Social Brasileira.

### **1 Introdução**

Entre o final dos anos 1920 e início da década de 1960, período em que viveu e militou politicamente Fernando Ferrari, o Brasil conviveu com transformações substanciais nas áreas econômica, política e social. Em termos econômicos, o país deixou de ser uma economia predominantemente agrário-exportadora e desenvolveu-se industrialmente através do processo substitutivo de importações. No campo político, o período foi conturbado: por um lado, os governos democraticamente eleitos de Getúlio Vargas (1951-1954), Juscelino Kubitschek (1956-1961) e Jânio Quadros/João Goulart (1961-1964) conviveram com inúmeras tentativas de desestabilização por parte da oposição política e dos militares, tornando-se relativamente frágeis. Por outro lado, foram promulgadas três constituições federais (1934, 1937 e 1946). Entre 1937 e 1945, Vargas governou autoritariamente o país através do Estado Novo. Em 1954, após sofrer tentativa de golpe, Vargas suicidou-se e João Goulart foi deposto, em março de 1964, pelos militares. Socialmente, como decorrência do processo de industrialização, a migração da população do campo para as cidades e o surgimento da classe operária, e com esta, as reivindicações trabalhistas foram uma recorrência.

Nesse contexto, Ferrari nasceu em 14 de junho de 1921 em São Pedro, antigo distrito de Santa Maria, Rio Grande do Sul – atualmente, município São Pedro do Sul –, atuou politicamente tanto no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), quando de sua criação em 1945, quanto no Movimento Trabalhista Renovador (MTR), a partir de 1960, e faleceu, em 25 de maio de 1963, em acidente aéreo, nas imediações de

Torres/RS. Apesar da morte prematura, sua trajetória se firmou como uma das mais significativas figuras da nova geração política brasileira, em especial trabalhista.

Tendo se formado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, e em Direito pela Universidade do Estado da Guanabara, na cidade do Rio de Janeiro, além de ter cursado especialização em Sociologia no Departamento Administrativo do Serviço Público, a ação política de Ferrari, seja no parlamento gaúcho, de 1947 a 1950, no Congresso Nacional, de 1951 a 1962, ou nos seus programas de campanhas para a vice-presidência da República, em 1960, e para o governo do Rio Grande do Sul, em 1962, sempre foi marcada pelas questões econômicas e sociais, identificadas com o projeto nacional-desenvolvimentista e a idealização de um modelo econômico-social alternativo tanto ao capitalismo liberal quanto ao comunismo, qual seja, um capitalismo solidário e cooperativo, que ele denominaria Trabalhismo Renovador. Assim sendo, Ferrari viveu e participou da “revolução” nacional e industrial ou capitalista brasileira, apropriando-se da expressão cunhada por Bresser-Pereira (2003).

O presente artigo objetiva analisar o pensamento e as proposições econômicas de Ferrari, visando contextualizá-los no debate econômico-social compreendido no período 1945-1963. Para tanto, além desta introdução, o artigo possui mais três seções. A segunda seção apresenta uma breve análise sobre a economia brasileira entre os anos 1920 e o início da década de 1960, visando, *unicamente*, descrever o ambiente econômico e social em que Ferrari atuou politicamente. Na terceira seção, são analisadas suas ideias e propostas econômicas. Por fim, a quarta seção sumariza e conclui.

## **2 Breve análise da economia brasileira**

O dinamismo da economia brasileira na década de 1920, assim como nas décadas precedentes, foi baseado no *boom* das exportações do setor cafeeiro. Segundo Baer (2001, p. 33), na metade dos anos 1920, as exportações de café representavam mais de 75,0% do valor total das exportações brasileiras, bem como sua contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) chegou a atingir 12,5%.

A despeito da economia brasileira durante a República Velha (1889-1930) ter tido um crescimento dinamizado pelo modelo agroexportador cafeeiro, esse setor acabou contribuindo para o incipiente processo de industrialização, principalmente em São Paulo, uma vez que criou um mercado interno para bens tradicionais de consumo

não duráveis, tais como alimentação e têxtil. Dessa maneira, a economia cafeeira gerou condições para a acumulação de capitais, permitindo, assim, a ampliação do mercado interno e a utilização do excedente gerado no referido setor para criar e expandir investimentos na atividade industrial. É importante, todavia, ressaltar que, por mais que a economia cafeeira tenha estimulado a indústria nascente, o crescimento da atividade industrial tinha seus limites, pois sua dinâmica estava vinculada à acumulação de capital do setor cafeeiro exportador que, por sua vez, dependia da demanda mundial. Assim mesmo, no período de auge do setor cafeeiro, a partir da segunda metade da década de 1920, a industrialização de bens de consumo tornou-se relativamente diversificada. Para tanto, foram fundamentais, não somente a dinâmica do próprio setor cafeeiro, mas, principalmente, os incentivos fiscais, creditícios e cambiais articulados pelo governo federal.

A Grande Depressão (1929-1933) gerou uma séria crise no setor cafeeiro que acabou ocasionando problemas de solvência externa. Com a queda do preço do café no mercado internacional, a receita das exportações brasileiras caiu substancialmente e, por conseguinte, o Brasil passou a ter dificuldades não somente para equilibrar o balanço de pagamentos, mas, também, para honrar os compromissos com os credores internacionais.

Para proteger o setor cafeeiro e, por consequência, a própria economia brasileira, o governo federal criou, em 1931, o Conselho Nacional do Café, transformado, em 1952, em Instituto Brasileiro do Café, cujas finalidades eram: (a) comprar e, literalmente, queimar o excedente da safra de café, visando, assim, elevar o preço do café no mercado internacional; (b) financiar a produção do setor cafeeiro, uma vez que os financiamentos junto aos bancos internacionais tinham sido interrompidos; e (c) reestruturar as dívidas dos cafeicultores. Essas medidas acabaram tornando-se importantes para absorver, parcialmente, o choque da Grande Depressão sobre as economias cafeeira e brasileira (BAER, 2001, p. 36).

Para Furtado (2006), a política governamental de apoio ao setor cafeeiro foi uma política econômica contracíclica, inconscientemente keynesiana, constituída de um “verdadeiro programa de fomento da renda nacional”. Nas palavras do autor:

O que importa ter em conta é que o valor do produto que se destruíra era muito inferior ao montante da renda que se criava. Estávamos, em verdade, construindo as famosas pirâmides que anos depois preconizaria Keynes. Dessa forma, a política de defesa do setor

cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional. Praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados (FURTADO, 2006, p. 271-272).

As passagens acima deixam claro que, para Furtado, o caminho do Brasil era a industrialização, em contraposição ao discurso da época acerca da “vocação agrícola” do país. Em outras palavras, a economia brasileira deveria “caminhar por suas próprias pernas”.

Com certeza, Furtado estava correto em sua análise, pois, se, por um lado, a Grande Depressão afetou drasticamente a economia brasileira, por outro lado, acabou impulsionando a indústria de bens de consumo duráveis e de capital.

Segundo as informações estatísticas do Ipeadata (2013), os segmentos industriais que mais cresceram a partir da Grande Depressão foram têxteis e alimentos e bebidas, ou seja, bens de consumo não duráveis ou salários. Ademais, em termos de formação bruta de capital fixo, conforme Baer (2001, p. 36-37), se nos anos 1920 e início da década de 1930 “a produção industrial cresceu baseada na plena utilização da capacidade existente [...] a partir da segunda metade da década de 1930 o crescimento da produção industrial foi acompanhado pela expansão da capacidade produtiva”.<sup>1</sup>

Portanto, após 1930, devido à crise internacional, que não somente reduziu o volume das exportações brasileiras e a renda nacional, mas limitou a capacidade da economia importar bens e serviços, o processo de industrialização brasileiro tornou-se uma realidade.

Como se sabe, o debate acerca da origem da industrialização brasileira é controverso: Furtado (2006), por exemplo, entende que ela resultou de “choques adversos” externos, tais como a Grande Depressão; Dean (1971), por sua vez, argumenta que a industrialização foi liderada pela exportação, havendo, assim, uma relação direta entre o desempenho do setor externo, especificamente cafeeiro, e o setor industrial; e Versiani e Versiani (1977) sustentam a ideia de que a industrialização teria sido induzida pelo governo, uma vez que determinadas políticas econômicas, entre as quais, a tarifária, a cambial e os incentivos e subsídios fiscais, acabaram favorecendo a indústria em geral e alguns setores específicos.

---

<sup>1</sup> Esta e as demais citações de Baer (2001) foram traduzidas pelo autor a partir do original em inglês.

Fonseca (2003), sem querer polemizar sobre as controversas da origem da industrialização brasileira, apresenta, a partir de uma análise institucionalista, um argumento interessante e original. Nas palavras do autor:

as instituições criadas e/ou modificadas na década de 1930 pelo governo brasileiro evidenciam sua opção industrializante, pois representam mecanismos, regras, arenas e espaços para, dentro do aparelho estatal e sob sua influência, reorientar a economia, definindo nova relação estado/empresariado/mercado/trabalhador (FONSECA, 2003, p. 135).

Nesse sentido, segundo o autor, conscientemente o governo brasileiro, após a Revolução de 1930, objetivando dinamizar a industrialização, criou normas de regulamentação da propriedade, leis, órgãos estatais e ministérios vinculados a setores econômicos específicos. Enfim, para Fonseca (2003, p. 147), as instituições criadas pós-1930 “revelam a consciência e a intencionalidade do governo de direcionar a economia para o mercado interno, sob a liderança do setor industrial”.

O primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) não somente implementou um projeto institucional consciente de construção das bases da industrialização nacional, mas, também, foi fundamental para o desenvolvimento econômico brasileiro. Antes de 1930, os investimentos concentravam-se na produção de bens primários, café em especial, sendo o excedente de capital empregado na produção de bens de consumo não duráveis, predominantemente têxtil. Com Vargas, todavia, lança-se mão de um projeto de industrialização em que a intervenção do Estado como planejador, orientador, financiador, regulador e, em alguns casos, produtor da atividade econômica é essencial para que a industrialização não seja meramente uma reação defensiva às restrições externas, mas, sim, o principal instrumento para assegurar crescimento e desenvolvimento econômico. Na verdade, para Bresser-Pereira (2003), Vargas foi o estadista que comandou a “revolução industrial brasileira”.

Nesse particular, as dificuldades em importar, aliadas à necessidade de manter a produção industrial durante o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), foram importantes para impulsionar a criação das primeiras indústrias de base, tais como a Companhia Siderúrgica Nacional (1941) e a Companhia do Vale do Rio Doce (1942).

O processo de industrialização no período Vargas, em contraste com a estagnação do setor agrícola, é evidenciado pelas substanciais diferenças das taxas de crescimento de ambos os setores: entre 1933 e 1939, as taxas médias de crescimento da

agricultura e indústria foram, respectivamente, de 1,7% e 11,3% ao ano, enquanto, entre 1939 e 1945, a agricultura cresceu, em média, os mesmos 1,7% ao ano e a indústria cresceu a uma média anual de 5,4% (BAER, 2001, p. 39).

Com o fim do governo Vargas e, conseqüentemente, a redemocratização do Brasil, Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente da República. Dutra, entre janeiro de 1946 e janeiro de 1951, executou uma política econômica conservadora que priorizou o combate à inflação através da liberação das importações e da contração da demanda agregada, visando “superar a herança varguista criticada na campanha eleitoral do final do Estado Novo e [...] ‘reequilibrar’ o desenvolvimento agrícola e industrial do país” (BASTOS, 2001, p. 1). Ademais, o Governo fortaleceu o alinhamento político-econômico com os Estados Unidos e moldou-se à associação com o capital financeiro internacional, criando incentivos que favoreceram a instalação de grandes empresas estrangeiras no Brasil. A crise cambial de 1947, todavia, reverteu a política macroeconômica do governo Dutra, “instituído-se controles cambiais para resguardar importações essenciais e estimular a substituição de importações menos essenciais, sobretudo bens duráveis de consumo” (BASTOS, 2001, p. 25). Em outras palavras, a política macroeconômica foi flexibilizada e, parcialmente, revertida de maneira a adequá-la ao processo substitutivo de importações.

Como resultado da flexibilização e “reversão” da política macroeconômica, foi criado o Plano Salte, focado nas áreas de saúde – visando melhorar os serviços de assistência à população –, alimentação – objetivando expandir a oferta de alimentos –, transporte – buscando a modernização do sistema – e energia – tendo como preocupação a expansão da capacidade energética. O Plano não foi exitoso e praticamente foi abandonado após seu primeiro ano de execução devido a problemas de implementação e de falta de recursos financeiros (BAER, 2001, p. 59).

No governo Dutra, a economia brasileira cresceu, em média, 7,6% ao ano, e a inflação média, IGP-DI/FGV, foi da ordem de 11,4% ao ano.<sup>2</sup>

Com o retorno de Vargas ao poder, em janeiro de 1951, agora através de eleições presidenciais ocorridas em outubro de 1950, o debate acerca de um Projeto Nacional para o Brasil manifestou-se com mais vigor. Para tanto, conforme Baer (2001, p. 60), as discussões e proposições provenientes da Comissão Econômica Brasil-

---

<sup>2</sup> Taxas calculadas pelo autor tendo como base as informações estatísticas de Ipeadata (2013).

Estados Unidos, no período 1951-1953, foram importantes para a articulação desse Projeto, pois

constituíram a mais ambiciosa e completa tentativa de planejamento [...] e de projetos de infraestrutura [...] visando modernizar as ferrovias, os portos [...] [enfim] expandir o poder instalado da capacidade produtiva. A comissão também fez recomendações para [...] diversificar as exportações, reduzir as disparidades regionais de renda e assegurar a estabilidade monetária.

É nesse período que, segundo Bielschowsky (2011, p. 17), surgem as principais correntes teóricas desenvolvimentistas, quais sejam, as vinculadas: (a) ao setor privado em um contexto de Estado planejador, cujo representante mais ativo foi Roberto Simonsen; (b) ao setor público não nacionalista, que teve em Roberto Campos sua expressão maior; e (c) ao setor público nacionalista, tendo Celso Furtado como a principal liderança.

No segundo governo Vargas, de janeiro de 1951 a agosto de 1954, o projeto nacional-desenvolvimentista é consubstanciado em sua política econômica de incentivos à substituição de importações sustentada na poupança nacional e na ação intervencionista do Estado na economia, através, por exemplo, da criação do Banco Nacional de Desenvolvimento, em 1952, do Banco do Nordeste, em 1952, e da Petrobras, em 1953. Assim, o desenvolvimento econômico baseado, exclusivamente, nas exportações tradicionais e na industrialização de bens de consumo não duráveis é substituído por um projeto em que o Estado passou a realizar investimentos em setores estratégicos, propiciando a diversificação do parque industrial de bens de consumo duráveis e de capital e de setores portadores de tecnologia avançada. Na ocasião, a condução da política macroeconômica foi operacionalizada de forma a atingir os objetivos do governo: a política fiscal, basicamente de incentivos e subsídios ao setor produtivo, e a política de câmbio múltiplo, cuja finalidade era controlar as importações e o ingresso de capitais estrangeiros, foram fundamentais para dinamizar o processo de industrialização.

Nesse sentido, os nacional-desenvolvimentistas, respaldados pela principal conclusão da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal),<sup>3</sup> qual seja, que a solução para os problemas dos países periféricos era a industrialização

---

<sup>3</sup>A Cepal foi criada em 1948 pela Organização das Nações Unidas com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre seus estados membros.

através do processo de substituição das importações,<sup>4</sup> entendiam que a economia brasileira somente cresceria sustentavelmente caso sua estrutura produtiva fosse diversificada e heterogênea, uma vez que, com base produtiva limitada, atender a demanda de consumo doméstica acabava ocasionando restrição de balanço de pagamentos e, por conseguinte, situações de estrangulamento externo.

Ao longo do governo Vargas, o PIB e a inflação apresentaram os seguintes comportamentos: o crescimento médio foi da ordem de 6,2% ao ano e a taxa média de inflação, IGP-DI/FGV, foi de 17,8% ao ano.<sup>5</sup>

Na segunda metade dos anos 1950, mais especificamente no governo Juscelino Kubitschek, de janeiro de 1956 a janeiro de 1961, o processo de industrialização concentrou-se tanto na produção de bens de capital quanto na de bens de consumo duráveis, capitaneada pela indústria automobilística. Diga-se de passagem, esta última foi responsável pelas maiores repercussões econômicas e sociais.<sup>6</sup> Foi pensando nesse setor que o governo Kubitschek elaborou o Plano de Metas: os “Cinquenta anos em cinco”. Segundo Bielschowsky (2011, p. 19), o Plano de Metas configurou o auge do “pensamento sobre a transformação [e] se tornou hegemônico em relação ao pensamento sobre a conjuntura, sobre como segurar a inflação e outras questões de curto prazo”.

Nesse plano, contudo, diferentemente do projeto nacional-desenvolvimentista de Vargas em que os investimentos públicos e a intervenção do Estado responderam substancialmente pelo processo de substituição de importações, a dinâmica do investimento passou a ser pautada predominantemente pelo capital estrangeiro, tendo o

---

<sup>4</sup> Segundo a Cepal, a principal característica da sociedade dos países subdesenvolvidos latino-americanos era a heterogeneidade estrutural. Assim sendo, para os cepalinos, o processo de industrialização era o caminho para superar o subdesenvolvimento da região latino-americana. A tese da Cepal era baseada nas seguintes argumentações: (a) a divisão internacional do trabalho produzia efeitos diferenciados entre os países centrais e periféricos, principalmente devido à mudança de preços relativos (primários *vis-à-vis* industrializados); (b) a inflação era decorrente da rigidez da oferta de alimentos, cuja expansão era dificultada pelas condições pré-capitalistas do setor agrícola (ausência de reforma agrária); (c) a escassez de poupança interna deveria ser contornada pelo planejamento como forma de melhor aproveitar-se os recursos; e (d) o desequilíbrio externo era inerente ao processo de crescimento das economias periféricas, face à inelasticidade das exportações e à necessidade de importação de bens intermediários e de capital. Nesse sentido, os cepalinos propunham a industrialização como sendo o único caminho para o desenvolvimento. Em outras palavras, deveria haver a substituição do crescimento “para fora” pelo crescimento “para dentro”, sustentado por bens de consumo não duráveis, em um primeiro momento, e, principalmente, bens de consumo duráveis e de capital posteriormente. Para detalhes sobre a influência e a importância da Cepal para as políticas de desenvolvimento da América do Sul, ver Gurrieri (2011).

<sup>5</sup> Veja nota de rodapé número 2

<sup>6</sup> Não é demais ressaltar que, no que diz respeito ao setor de bens de capital, o governo Kubitschek tão somente o impulsionou, uma vez que ele se iniciou no governo Vargas e se completou no governo militar de Ernesto Geisel (1974-1979) com o II Plano Nacional de Desenvolvimento. Para maiores detalhes, ver Castro e Souza (1985).



capital nacional e o Estado participado em menores escalas. Nesse sentido, o governo Kubitscheck substituiu o projeto nacional-desenvolvimentista pelo modelo dependente-associado, adequando a política macroeconômica, em especial a política cambial com a eliminação do sistema de câmbio múltiplo e das restrições quantitativas às importações, às necessidades do referido modelo.

Ademais, com o intuito de dinamizar o desenvolvimento, além do eixo Rio-São Paulo-Minas Gerais, foi criada, em 1959, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), e foi construída Brasília, tornando-se a capital do Brasil em abril de 1960.

Apesar de a economia ter crescido de forma acelerada e se “modernizado”, o plano não conseguiu atingir as 30 metas divididas entre os setores de energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação (BAER, 2001, p. 61). Ademais, o governo Kubitscheck foi alvo de críticas tanto dos nacionalista-desenvolvimentistas, que apontavam para a necessidade da intervenção estatal, diante de um ingresso significativo de empresas estrangeiras na economia brasileira, quanto dos liberais, que viam preocupações com o desequilíbrio fiscal, o elevado endividamento público e a elevação da inflação.

No que diz respeito às taxas de crescimento da atividade econômica e dos preços no governo Kubitscheck, as médias anuais do PIB e da inflação, IGP-DI/FGV, foram, respectivamente, 8,1% e 24,7%.<sup>7</sup>

O sucessor de Kubitscheck, Jânio Quadros, que governou o país entre janeiro e agosto de 1961, após renunciar, iniciou com graves desequilíbrios internos e externos. Para enfrentá-los, Quadros adotou medidas econômicas de austeridades fiscal e monetária, flexibilizou o regime cambial e encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei de limitação e regulação da remessa de *royalties*, entre outras. Se na política macroeconômica, o curto governo Quadros caracterizou-se pela ortodoxia, na política internacional o governo foi audacioso: restabeleceu as relações diplomáticas e comerciais com a URSS e a China e defendeu a política de autodeterminação dos povos, condenando a interferência dos Estados Unidos em Cuba.

A despeito da política econômica de controle do processo inflacionário, o governo Quadros não logrou êxito em arrefecer a inflação: entre fevereiro e agosto, a

---

<sup>7</sup> Ver nota de rodapé número 2.

inflação, IGP-DI/FGV, média mensal, foi da ordem de 2,4%.<sup>8</sup> Por sua vez, o PIB, ao final de 1961, manteve o ritmo do governo Kubitscheck, apresentando um crescimento de 8,6%.

Com a renúncia de Jânio Quadros, João Goulart, após resistência tanto da oposição quanto dos militares e a instauração casuística do regime parlamentarista para mitigar o poder político do presidente, tomou posse, governando o Brasil de agosto de 1961 a março de 1964, quando foi deposto por um golpe militar. Assim como no governo Quadros, Goulart herdou uma “herança econômica maldita”: inflação elevada,<sup>9</sup> desequilíbrios fiscais e externos e desaceleração do crescimento.

Para reverter esses problemas, Goulart, por um lado, encarregou o ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, de operacionalizar políticas fiscais e monetárias contracionistas, visando, respectivamente, controlar o déficit público e a inflação. Por outro lado, ao ministro do Planejamento, Celso Furtado, coube à execução do Plano Trienal, que procurou responder a três questões básicas: como sustentar a continuidade do processo de crescimento brasileiro? Qual deveria ser a participação do capital estrangeiro nessa retomada do crescimento? De que forma a industrialização poderia distribuir melhor a renda e a riqueza e reverter o caótico processo de urbanização? (BIELSCHOWSKY, 2011, p. 17). O plano consistia de uma série de reformas institucionais progressistas para enfrentar os problemas estruturais, econômicos e sociais do país e articular as *reformas de base*, ou seja, reformas econômicas e sociais, de caráter nacional-desenvolvimentista, que previam uma maior intervenção do Estado na economia. Com as *reformas de base*, o governo esperava retomar o rumo do desenvolvimento e promover a justiça social. Na área econômico-social, as principais reformas eram as seguintes:

- a) reforma agrária: promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, de autoria de Ferrari, e democratização do acesso a terra, entre outras;
- b) reforma fiscal: reforma tributária para promover justiça fiscal e aumentar a capacidade de arrecadação do Estado e a limitação de lucros e *royalties* para o exterior e, portanto, maior controle dos investimentos estrangeiros no país;
- c) reforma bancária: ampliação do acesso ao crédito pelos produtores;

---

<sup>8</sup> Ver nota de rodapé número 2.

<sup>9</sup> Ao final de 1961, a inflação atingiu o valor de 47,8% (IPEADATA, 2013).

d) reforma patrimonial: nacionalização de alguns setores industriais estratégicos e de parte do sistema financeiro.

*As reformas de base* não foram aprovadas no Congresso Nacional e, portanto, o Plano Trienal não obteve êxito.

Entre setembro de 1961 e março de 1964, a taxa média de inflação, IGP-DI/FGV, foi da ordem de 4,7% ao mês e o PIB cresceu a uma média de 4,8% ao ano, em 1962 e 1963.<sup>10</sup>

Em suma, durante o processo de substituição de importações, o Brasil passou por importantes transformações econômicas e sociais, tais como: (a) o setor industrial passou a ter maior atenção por parte das políticas econômicas e, por conseguinte, sua participação no PIB tornou-se consideravelmente maior, ao passo que políticas econômicas direcionadas para o setor agrícola foram praticamente negligenciadas, principalmente no período pós-Segunda Guerra Mundial, a ponto de esse setor se manter relativamente estagnado; (b) o processo de migração do campo para a cidade foi expressivo, o que contribuiu para o crescimento desordenado das principais metrópoles do país; e (c) com a urbanização, cresceram as demandas sociais e as reivindicações trabalhistas.

Essas transformações acabaram, naturalmente, criando um conjunto de problemas estruturais, uma vez que: (a) a inflação média elevou-se; (b) os desequilíbrios fiscais e externos tornaram-se recorrentes, bem como as dívidas doméstica e externa aceleraram-se; e (c) alguns gargalos estruturais não foram resolvidos, tais como a péssima distribuição da renda e riqueza, a precária qualificação da mão de obra e a limitação de infraestrutura. Em suma, o processo de substituição de importações não foi capaz de resolver os problemas estruturais de uma economia periférica.

Nesse contexto, tanto de mudanças estruturais do Brasil quanto de problemas originados a partir das referidas mudanças, o projeto nacional-desenvolvimentista foi agente protagonista em ambos: no seu período de auge, anos 1950, desenvolveu e modernizou a economia brasileira, ao passo que a crise desse projeto, caracterizada pela deterioração das variáveis macroeconômicas e sociais no início da década de 1960, acabou contribuindo para o estabelecimento de um novo arranjo de dominação de poder após 1964.

---

<sup>10</sup> Ver nota de rodapé número 2.

### 3 Uma análise do pensamento econômico de Fernando Ferrari

Conforme mostrou a seção 2, o projeto nacional-desenvolvimentista, centrado na industrialização como forma de superar o subdesenvolvimento, na necessidade de desenvolver o mercado interno com a intervenção do Estado, no planejamento estatal como definidor da expansão e na participação do Estado para captar recursos e investir quando o investimento privado era insuficiente, foi essencial para que a economia brasileira se desenvolvesse e se modernizasse, a partir da Segunda Guerra Mundial.

Na esfera política, o projeto nacional-desenvolvimentista encontrou interlocutores tanto no PTB,<sup>11</sup> quanto no Partido Social Democrata (PSD). Entre 1945 e 1964, diga-se de passagem, ambos os partidos formavam alianças em oposição à União Democrática Nacional (UDN), partido de caráter conservador.

O PTB, partido pelo qual militou Ferrari até sua dissidência em 1960, quando foi criado o MTR, defendia um modelo de capitalismo de Estado solidário e cooperativo. Tinha como bases o nacionalismo, a luta pelas companhias estatais (tais como Petrobras e Eletrobrás) e era contra a remessa de lucros (*royalties*) das multinacionais, as reformas tributária e bancária e a reforma agrária.

O modelo de capitalismo de Estado, solidário e cooperativo, proposto pelo PTB, tinha como base as ideias de Alberto Pasqualini, apresentadas em seu livro *Bases e sugestões para uma política social*, publicado em 1948. Nessa obra, Pasqualini argumenta que o trabalhismo deveria se afastar tanto do comunismo, no qual a exploração da sociedade ocorria através do Estado, quanto do capitalismo, uma vez que esse sistema de organização social subjugava os interesses coletivos aos princípios individualistas.

O pensamento econômico-social de Ferrari, alicerçado nos discursos políticos, nos projetos de leis e nos programas de campanhas majoritárias, tanto para a vice-presidência da República em 1960, quanto para o governo do estado do Rio Grande do Sul, em 1962, vai ao encontro do projeto nacional-desenvolvimentista e da doutrina de Pasqualini proposta para o PTB.

---

<sup>11</sup> Além de Getúlio Vargas, as principais lideranças do PTB eram Alberto Pasqualini (com certeza, o maior ideólogo do partido), Fernando Ferrari, João Goulart e Leonel Brizola (esses três últimos faziam parte da chamada “ala moça” do partido). Os dois primeiros identificavam-se com o trabalhismo filosófico-doutrinário e os dois últimos representavam o trabalhismo de resultados, em que os sindicatos eram importantes movimentos de massa para o crescimento eleitoral do partido. Sobre essa taxonomia trabalhista do PTB e a sua identificação através de algumas lideranças políticas, ver, por exemplo, Delgado (2001).

Assim como o projeto nacional-desenvolvimentista entendia que a industrialização e o nacionalismo eram fundamentais para a superação do processo de subdesenvolvimento do Brasil, Ferrari (1960, p. 12-13) defendia que “[a] industrialização é o caminho histórico da emancipação econômica de qualquer nação moderna [...]. A industrialização e a agricultura racionalizadas são os grandes pilares do desenvolvimento de uma nação moderna”.

No que diz respeito ao nacionalismo, argumentava que

[u]mas nações são pobres porque não produzem riqueza suficiente para se bastarem ou para realizarem poupança [...]. Outras [...] são pobres porque produzem riqueza para outros, gerando miséria para elas próprias. São Nações que não participam de maneira justa dos frutos do seu trabalho [...]. Sustento que estamos entre estas últimas [...]. [Somos pobres porque o] escoamento constante de [...] nossos bens econômicos é o maior responsável pela nossa pobreza. Que queremos? Que o poder público cumpra seu principal papel no mundo moderno, isto é, que se contraponha aos excessos do poder econômico. Queremos [...] leis brasileiras que disciplinem os investimentos estrangeiros. Que fixem as faixas dentro das quais eles possam atuar, limitando-se-lhes os lucros e seu retorno (FERRARI, 1960, p. 7-11).

Ciente de que o debate econômico-político brasileiro na metade dos anos 1950 e início da década de 1960 estava polarizado entre nacionalismo *vis-à-vis* dependência de capital estrangeiro, Ferrari afirmava que

[o] nacionalismo, acima das diferenças sociais, políticas e ideológicas, constitui a grande trincheira da defesa, onde os brasileiros cerram fileiras na luta contra o subdesenvolvimento [...]. [Devemos] prosseguir na luta contra os privilégios concedidos ao capital estrangeiro; [...] Deve-se manter rígido o monopólio estatal do petróleo [...]. Não se pode tampouco esquecer a vigilância junto às empresas estatais que sustentam a indústria pesada do país, instrumento básico à sua emancipação econômica. E igualmente a

nacionalização dos depósitos dos bancos estrangeiros<sup>12</sup> [...]. No campo da energia elétrica [...] uma nova política de nacionalização [...] de forma que a Eletrobrás encontre clima propício de existência e desenvolvimento [...]. O nacionalismo é o escudo protetor do desenvolvimento econômico (FERRARI, 1960, p. 16-18).

Para Ferrari, o nacionalismo brasileiro tinha suas próprias características, face às idiossincrasias da economia brasileira. Segundo suas palavras,

[é] nacionalista, porque brasileiro. É austero, porque coloca no centro de sua grande luta a dignificação da função pública, em todos os seus graus. É agrário, porque vê na valorização do homem do campo a meta principal de seus caminhos de esperança (FERRARI, 1961, p. 193).

O nacionalismo de Ferrari não era um sinônimo para xenofobia: ele não condenava o capital pela sua origem, não fazendo discriminação entre capital estrangeiro ou nacional, mas, sim, “pelo uso que dele fazem os homens – e nunca pela sua origem propriamente dita” (FERRARI, 1957a, p. 3199). A passagem abaixo esclarece melhor essa ideia:

Sinto-me profundamente nacionalista, mas sigo um conceito de nacionalismo que consiste no desenvolvimento integral do País, na extensão das fronteiras econômicas até onde estão as fronteiras geográficas, na valorização do nosso homem, na defesa intransigente das nossas possibilidades e, sobretudo, na exploração pelo Estado, das fontes básicas de energia, para que o fruto desse trabalho gigantesco se divida por toda a coletividade e não apenas por grupos que muitas vezes nos exploram (FERRARI, 1957a, p. 3199).

Quanto ao sistema de relações sociais de produção, sua posição converge para a doutrina de Pasqualini (2008), em que nas referidas relações deveria prevalecer os princípios de uma sociedade solidária e cooperativa, através da harmonização do capital e do trabalho. Nas suas palavras, “[q]ue não é socialista e, menos, capitalista. Mas que é *solidarista, trabalhista e brasileiro*” (FERRARI, 1961, p. 195).

---

<sup>12</sup> A nacionalização dos depósitos bancários, segundo Ferrari, era necessária porque “[m]ais da metade da atividade econômico-financeira dos brasileiros está controlado por estes capitais [estrangeiros][...]” (FERRARI, 1960, p. 10).

A visão “solidarista”, trabalhista e brasileira de Ferrari seria, mais tarde, quando da formalização dos princípios filosóficos do MTR, consolidada no “trabalhismo renovador [...] [que] [...] concili[a] o liberalismo político e o dirigismo econômico” (FERRARI, 1963, p. 26). Para Ferrari, o trabalhismo renovador, “inspirado em Vargas e em Pasqualini”, ao apregoar a harmonização entre as classes produtoras, é um

sistema político-social dignificador do trabalho por excelência, como o fator principal da produção e a base moral da propriedade. Trabalhismo que se realizará através do solidarismo, transformando os cidadãos [...] em membros de uma imensa e única sociedade cooperativa, de auxílio e de colaboração recíprocas, sem usura social, sem privilégios, e livre de todas as formas de opressão (FERRARI, 1963, p. 26).

Ademais, segundo Ferrari, o Brasil era o “país ideal para uma grande experiência histórica [...] para [...] [a implementação de] um regime solidarista e de cooperação” (SENHOR, 1960, p. 74), bem como o referido regime deveria “dar uma guinada um pouco para a esquerda”, uma vez que ele estava “convencido de que o velho sistema liberal burguês esta[va] cada dia mais falido” (SENHOR, 1960, p. 74).

Nesse sentido, o trabalhismo renovador proposto por ele deveria estar alicerçado em três princípios, quais sejam: no nacionalismo, caracterizado pela “valorização do homem, a exploração de nossas riquezas básicas [...] a disciplinação dos investimentos estrangeiros [...] [e] a lei contendora dos abusos do poder econômico” (FERRARI, 1961, p. 122); na austeridade pública para o Estado, ao invés de ser “o maior obstáculo [...] para o pleno desenvolvimento da Nação [...] [seja] o grande instrumento de ação social e política” (FERRARI, 1960, p. 102); e na reforma agrária, “compreendida esta como o *aumento da produtividade rural*, através da *valorização efetiva do homem do campo*” (FERRARI, 1963, p. 16, grifo do autor).

A necessidade da participação do Estado no processo econômico para protagonizar o desenvolvimento e o bem-estar social encontra-se em seus pronunciamentos políticos do período em que foi deputado estadual pelo Rio Grande do Sul, entre 1947 e 1950, tendo sido, inclusive, o responsável pelo projeto de Ordem Econômica e Social da Constituição gaúcha promulgada em 1948.

Face à sua formação econômica, Ferrari apresenta seus argumentos favoráveis à ação intervencionista do Estado a partir de sua crítica ao liberalismo econômico, à *Laissez-Faire, Laissez-Passer*, no qual o mercado, atuando livremente, é autorregulado

e, portanto, tende ao equilíbrio de pleno emprego. Para ele, o capitalismo do século XX, principalmente após a Grande Depressão, não tinha as mesmas características do liberalismo clássico.<sup>13</sup> Assim, em discurso de 25 de abril de 1947, Ferrari afirma que

[o] Estado precisa intervir [...] sob pena de entregar as suas sociedades, não ao bem estar geral, razão toda de sua política econômica, mas à miséria e à morte. Precisa intervir pondo a justiça entre as regiões que podem produzir menos e as que podem produzir mais. Precisa intervir para corrigir as falhas de uma circulação que seria de traumatismos no regime do livre-câmbio, devido mesmo as superproduções que ele fatalmente acarretaria, como tem acarretado. Precisa intervir, não para mutilar a lei da oferta e da procura [...] mas para dosar os elementos formadores desta oferta e desta procura (FERRARI, 1947a, p. 15-16).

Para Ferrari, a dinâmica e o desenvolvimento da economia nacional deveriam ser alicerçados na teoria protecionista de List (1883), considerado o “pai da indústria nascente”, em que o desenvolvimento das empresas nacionais somente ocorreria se o mercado doméstico pudesse se proteger do assédio do capital estrangeiro dos países mais “desenvolvidos”.<sup>14</sup> Segundo ele, ao criticar a doutrina clássica do individualismo, “List contrapõe o nacionalismo. Ao indivíduo, a nação [...] como intermediária entre os indivíduos e os outros povos e o Estado intervindo para iniciar o equilíbrio econômico que tem sua base, antes de tudo, na racionalização da produção” (FERRARI, 1947a, p. 16). Em suma, políticas protecionistas eram fundamentais para beneficiar a industrial nacional incipiente.

Assim, tendo como referência a Constituição Federal que continha “uma profunda e clara tendência protecionista ou intervencionista” (FERRARI, 1947a, p. 13), Ferrari defende que “uma constituição estadual deve atentar o tanto quanto possível para as realidades peculiares à região e para os problemas sociais, políticos, morais e econômicos que mais de perto lhe dizem respeito” (FERRARI, 1947a, p. 12), tal que a intervenção econômica seja “um dever ao qual o Estado Moderno não se pode furtar.

---

<sup>13</sup> Segundo Ferrari (1947a, p. 14), “[o] liberalismo aplicado hoje como foi concebido pelos seus idealizadores constituiria uma utopia”.

<sup>14</sup> Essa ilação entre a concepção econômica de Ferrari e a teoria protecionista de List encontra-se, por exemplo, em suas anotações pessoais sobre questões de natureza econômica. Detalhes são encontrados em arquivos originais pertencentes à família de Ferrari.



Por isso incluímo-la na Ordem Econômica e Social de nossa Constituição” (FERRARI, 1947a, p. 20).

Para Ferrari, apesar de seu entendimento de que a intervenção do Estado deveria ser restrita à esfera econômica, a ação intervencionista do Estado adquiriria, naturalmente, um caráter institucional e social, cujo objetivo seria “assistir as populações”. Segundo suas palavras,

[o] Estado individualista [...] apesar dos remanescentes do liberalismo acendrado, já caiu por terra dentro do direito moderno, dando lugar ao surgimento do Estado social, aquele Estado que não se preocupa, tão somente, com aquelas funções do Estado individualista, tais sejam, administração, polícia, diplomacia e outras, mas que vai mais longe: introduz-se no campo da Sociedade, procurando intervir com a finalidade essencial de assistir as populações (FERRARI, 1947b, p. 109).

Ao longo dos anos 1950, devido às transformações econômicas e sociais decorrentes do processo de industrialização, os problemas da estrutura fundiária brasileira ganharam espaço no debate político, recebendo atenção por parte dos nacionalista-desenvolvimentistas, entre os quais Ferrari (OLIVEIRA DA SILVA, 2011). Para ele (1963, p. 3 e 15), “[o] maior problema brasileiro [...] é o da reforma agrária[...]” e essa “já se deveria ter processado no Brasil, antes do aceleração de nosso ritmo industrial. Sustento que a faixa de dissintonia entre o ritmo do industrialismo e do agrarismo é a causadora das distorções sociais e econômicas deste País”.

A sua preocupação com a ideia de se implementar a reforma agrária no Brasil, no sentido de democratizar o acesso à terra, instituir o regime jurídico do trabalhador rural e disponibilizar crédito e assistência técnica aos produtores rurais, provavelmente, tem como origem seu convívio, em São Pedro do Sul, com a policultura desenvolvida pelos imigrantes alemães e italianos, em sua maioria proprietários de pequenas glebas rurais. Nesse particular, Fonseca (1985, p. 271) argumenta que a policultura, entre os anos 1900 e 1920, não somente havia substituído a charqueada no âmbito da produção primária, mas, também, passaria a ser responsável, principalmente por abastecer tanto o mercado local quanto por exportar parte da produção para o resto do País, pelo fato do Rio Grande do Sul ficar conhecido como o “celeiro do Brasil”.

Diferentemente da policultura que “trouxe consigo capital e mão de obra, gerou trabalhadores passíveis de assalariamento e consumiu um mercado consumidor *inicial* para garantir a produção” (FONSECA, 1985, p. 281, grifo original), dinamizando, assim, a indústria gaúcha incipiente, a pecuária, que com o fim do ciclo das charqueadas havia se estagnado e, por conseguinte, o latifúndio, que se encontrava ocioso.

Diante desse contexto de contraste entre o sul do Rio Grande do Sul, de latifundiário e estagnado, e a metade norte do estado, em que predominava a policultura assentada em pequenas propriedades rurais produtivas, Ferrari toma partido da reforma agrária preocupado, entre outras, com a distribuição da renda através do acesso à terra.

Conforme Oliveira da Silva (2011, p. 23), Ferrari “atribuiria às transformações na área rural um sentido histórico: completude da Revolução de 1930”. Por quê? Como visto na seção 2, com a Grande Depressão e o colapso do modelo agrário-exportador e, por conseguinte, a fragilização político-econômica da oligarquia rural, iniciou-se, a partir da Revolução de 1930, um projeto consciente de impulso à industrialização e ao desenvolvimento urbano. Esse projeto, por sua vez, passou a negligenciar os problemas na área rural. Nesse sentido, para Fernando Ferrari, as mudanças econômicas impulsionadas pela Revolução de 1930 haviam ficado inconclusas no setor rural. Em suas palavras:

Esta distorção estimulada pela Revolução de 1930, que não se completou, criou dificuldades crescentes à vida brasileira, que decorrem do contraste entre o campo e a cidade – a cidade, através de sua grande indústria, a produzir demais, sem previsão de mercado, e as massas camponesas, carentes de tais bens, sem poder consumi-los (FERRARI, 1963, p. 50).

Segundo o seu entendimento, a industrialização e a agricultura racionalizada eram os grandes pilares do desenvolvimento de uma nação moderna. Assim sendo, “uma política nacionalista também deveria se voltar para o campo, na busca de melhorias para o trabalhador rural, em todas as regiões do país, em um processo integrativo dos fatores econômicos e sociais” (SILVA, 2011, p. 14).

Ainda, conforme Silva (2011, p. 23), essa preocupação de Ferrari em se “estabelecer condições sociais e econômicas mais equânimes entre o campo e a cidade, uma consideração presente entre os nacionalistas econômicos, assim como na concepção trabalhista de Alberto Pasqualini”, acabou norteadando sua atuação na vida parlamentar.

Nesse sentido, Ferrari centrou suas atenções e energias, ao longo de sua vida parlamentar, na implementação da reforma agrária, uma vez que, para ele, sem alterações nas estruturas rurais não haveria desenvolvimento no país.

Inicialmente, no âmbito parlamentar, a busca de uma solução para a questão fundiária foi manifestada por ele tanto na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul quanto no Congresso Nacional. Por um lado, em discurso na Assembleia Legislativa gaúcha, argumenta que

[a]pesar das convulsões constantes em que nos revolvemos em busca de soluções para os problemas que afligem a sociedade, estaremos fazendo pesquisa vã se não nos voltarmos para a fonte de todos os remédios: a terra [...]. No Rio Grande do Sul, Sr. Presidente, não creio que possamos fazer obras de vulto sem entrarmos a fundo no problema da terra, procurando de uma vez por todas resolvê-lo [...]. O contraste que desperta atenção é o que notamos entre a zona do centro da serra e a zona da campanha [...]. Entendo que precisamos colonizar a campanha, mas colonizar sem banir os rebanhos das glebas necessárias à sua subsistência; colonizar sem bani-los das áreas indispensáveis ao seu pastoreio, porque a zona da campanha se adapta perfeitamente ao pastoreio e o pastoreio deve continuar sendo sua indústria vital, fundamental (FERRARI, 1948, p. 363-370).

Por outro lado, poucos depois de assumir o mandato de deputado federal, em 1951, ele realizou um discurso no qual o tema central foi o arrendamento de terras, uma vez que esse tinha um elevado preço, impactando, assim, no custo da produção rural (OLIVEIRA DA SILVA, 2011). Em seu discurso, propõe a criação de uma lei para regulamentar os termos de arrendamento da terra:

estaremos dando um grande passo para a efetiva e útil reforma agrária, pois que, assim, pelo barateamento das glebas, as entregaremos a um número maior de agricultores que as desejam cultivar e passaremos a produzir a um preço mais acessível à grande maioria do povo brasileiro (FERRARI, 1951, p. 3996).

Dessa maneira, uma vez observado “o primeiro passo para a efetivação desta tão decantada reforma agrária [que] será uma lei de arrendamento que limite a cobrança dos seus preços em todo o território nacional” (FERRARI, 1951, p. 7617), caberia ao Estado “intervi[r] como legislador, como superior nos conflitos, nas contendas, na defesa dos

mais fracos e desamparados [...] [uma vez que] a terra não pode ser emprestada a preço escorchante, pois constitui bem de natureza social a serviço da comunidade” (FERRARI, 1957b, p. 7806-7807).

Para ele, a reforma agrária “não se trata de uma revolução, tampouco de medidas de exceção ou discriminatórias de direitos adquiridos. O processo [reforma agrária] será evolucionário” (FERRARI, 1960, p. 20). Para tanto, a reforma agrária deveria ser implantada progressivamente, contemplando as seguintes etapas: (a) lei do arrendamento rural; (b) instituição do regime jurídico do trabalhador rural; (c) disponibilidade de crédito; (d) educação; e (e) assistência técnica.

No Congresso Nacional, durante seus 12 anos de parlamento, Ferrari apresentou inúmeros projetos de leis de reforma agrária, a maioria centrando-se na instituição do regime jurídico do trabalhador rural. Segundo ele, a criação do regime jurídico do trabalhador rural era fundamental para que o trabalhador rural tivesse, entre outros, amparo previdenciário, auxílio-doença, pensão-benefício em caso de morte, salário-mínimo e férias.

Sua proposição de reforma agrária, como era de se esperar, encontrou resistências entre os grandes proprietários de terra, respaldados pela Sociedade Rural Brasileira e a Confederação Rural Brasileira, que argumentavam que os problemas do campo se restringiam à necessidade de aumento de produtividade, sendo o tema da legislação para os trabalhadores rurais somente demagogia eleitoreira (CAMARGO, 1996). As resistências também vieram tanto dos partidos oposicionistas, tais como a UDN e o PSD, quanto do próprio PTB.

Depois de muitas “batalhas perdidas”, finalmente em 1963 o presidente João Goulart sancionou a lei aprovada no Congresso Nacional que regulamentava os dispositivos sobre o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), de autoria de Ferrari.

Segundo Prado Jr. (1979), o ETR, aplicado com rigor, poderia promover uma das maiores transformações econômicas e sociais no país. Nas palavras do autor, o ETR “será, podemos dizer, uma verdadeira complementação da lei que aboliu a escravidão em 1888” (PRADO JR, 1979 p. 143).

As proposições econômico-sociais de Ferrari são apresentadas e discutidas detalhadamente em suas campanhas à Vice-Presidência da República, em 1960, intitulada Campanha das Mãos Limpas, e ao governo do estado do Rio Grande do Sul, em 1962, denominada Governo Renovador.

Na Campanha das Mãos Limpas, ele apresenta um conjunto de propostas que se antecipa àquelas apresentadas por Goulart em suas *reformas de bases*. Entre algumas propostas apresentadas ao longo da referida campanha, estavam presentes: (a) a reforma agrária; (b) a defesa da riqueza nacional; (c) o nacionalismo; (d) a integração e o desenvolvimento regional como formas de eliminar as desigualdades regionais; (e) as reformas tributária – alicerçada na revisão da estrutura tributária (imposto de renda progressivo e redução dos impostos indiretos) e no combate à sonegação – e bancária (democratização e expansão do crédito e fiscalização do sistema financeiro); (f) a defesa dos direitos sociais (saúde, educação e habitação); e (g) a unificação e democratização da gestão previdenciária.

No plano das relações político-econômicas internacionais, Ferrari defende o princípio da soberania intocável dos países e o processo de integração econômica da América Latina. Em relação ao primeiro, não somente critica a “tendência nitidamente agressiva [dos países desenvolvidos] de conquista, fruto de expansão imperialista” (FERRARI, 1960, p. 12), bem como entende que a revolução cubana era “o fato político mais importante deste século e merece ser estudado e analisado pelos estadistas responsáveis pelos destinos do mundo” (SENHOR, 1960, p. 77). Quanto ao segundo ponto, as ideias de Ferrari convergem para as posições da Cepal: necessidade de integração econômica da América Latina. Segundo ele, é “necessário lutar pelos ideais pan-americanistas, criando organismos de fomento, promovendo o bem-estar das populações latino-americanistas” (SENHOR, 1960, p. 77).

Ademais, Ferrari, por um lado, defende que as relações sociais de produção deveriam ser pautadas pela organização cooperativa, uma vez que esse sistema “prodigaliza grandes benefícios aos seus associados [...] [e] vantagem [...] à vida econômica e social do país” (FERRARI, 1960, p. 95). Por outro lado, deixa claro que essas propostas somente seriam passíveis de implantação se, enfim, fosse possível conciliar liberalismo político e intervencionismo econômico.

Quanto à campanha ao governo gaúcho, Ferrari (1962, p. 3-4) propunha uma ordem econômico-social em que “se põe o proletariado ao resguardo dos excessos do poder econômico [...] assegurad[a] [...] a propriedade privada – condicionada o seu uso ao bem-estar social [...] e [...] o desenvolvimento das relações entre empregado e empregador”. Para tanto, ele centrou sua plataforma de governo na área econômica nos seguintes pontos: (a) acesso à propriedade da terra; (b) crédito agrícola e garantia de preços mínimos para os produtos agrícolas; (c) desenvolvimento industrial,

principalmente das pequenas e médias indústrias; (d) racionalização da sistemática tributária, visando tanto a simplificação da legislação fiscal quanto a dinamização da arrecadação das receitas; (e) financiamento da atividade produtiva através do Banco do Estado do Rio Grande do Sul e da Caixa Econômica Estadual; e (f) dinamização da infraestrutura – energia, irrigação, transportes, silos e frigoríficos.<sup>15</sup>

O programa de governo de Ferrari foi apresentado sob a forma de “A pedidos”, assinados pelo Comando Renovador, que “ocupavam, aproximadamente, um sexto da página de jornal e eram acompanhadas da foto do candidato” (CÁNEPA, 2005, p. 331). Em um desses “A pedidos”, sua posição ideológica é definida:

Ferrari transmite uma vez mais ao povo rio-grandense, sob o penhor de seu passado, a segurança de que não é candidato nem da direita nem da esquerda. Não tem compromissos com quaisquer grupos econômicos, políticos ou ideológicos. Reconhece, entretanto, e por isso lutará desassombradamente, a necessidade de serem procedidas profundas reformas na estrutura econômica e social do Brasil [...]. Façamos as reformas de base [...] e estaremos, então, engajados na melhor luta contra o comunismo (COMANDO RENOVADOR, 1962, p. 7).

Enfim, a plataforma de governo de Ferrari reproduzia seu ideal trabalhista renovador, dentro de um espírito solidário, cooperativo e de harmonização das classes sociais.

#### **4 Considerações finais**

No período em que Ferrari viveu e atuou ativamente nas políticas gaúcha e nacional, o Brasil passou por mudanças econômicas e sociais substanciais, principalmente entre a década de 1950 e início dos anos 1960.

Esse contexto de mudanças foi, em grande parte, associado ao desenvolvimento de um projeto nacional-desenvolvimentista, em que o processo de industrialização consubstanciou-se no caminho para superar os problemas do subdesenvolvimento da economia brasileira. O nacionalismo foi um importante instrumento de defesa da riqueza e da soberania nacional e a ação intervencionista do Estado. Enquanto planejador, orientador, financiador, regulador e produtor, foi fundamental para o país

---

<sup>15</sup> Para detalhes sobre a plataforma de governo de Ferrari, ver Cánepa (2005).

crescer de forma acelerada e melhor distribuir a renda, mesmo que marginalmente, da sociedade brasileira.

O referido projeto, por sua vez, originou sérios problemas de natureza social, entre os quais, o crescente processo de migração da população rural para os principais centros urbanos, em especial São Paulo, o rápido e desordenado crescimento das cidades brasileiras e os “conflitos” no setor rural entre aqueles que queriam preservar a estrutura fundiária, baseada em grandes latifúndios, mesmo que estes estivessem economicamente estagnados, e os que defendiam a distribuição democrática do acesso à terra para os pequenos e médios produtores.

Ferrari contribui, particularmente através da atividade política, tanto para a construção do projeto nacional-desenvolvimentista quanto para a proposição de soluções para os problemas sociais inerentemente gerados por esse projeto. Em outras palavras, pensou, discutiu e elaborou propostas para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

O desenvolvimento econômico e social que almejava identificava-se com as origens e os princípios doutrinário-filosóficos do PTB, quais sejam, as faces agrarista, católica,<sup>16</sup> reformista, nacionalista e desenvolvimentista.

O seu projeto de desenvolvimento econômico e social tinha um caráter capitalista, mas com forte teor social, entendia que tanto a industrialização quanto a agricultura racionalizada seriam os fundamentos do crescimento e do desenvolvimento econômico e buscava conciliar liberalismo político e intervencionismo econômico. Assim, definido como Trabalhismo Renovador, o Projeto de Ferrari, de certa maneira, vai ao encontro dos ideários dos nacional-desenvolvimentistas.

Como visto na seção 3, esse Trabalhismo é um sistema político-social que tem como base a solidariedade e o cooperativismo e visa conciliar o liberalismo político e o dirigismo econômico. Por sua vez, o cooperativismo proposto por Ferrari (1960), dinamizado em todas as esferas do processo produtivo, seria, diga-se de passagem, fundamental para expandir a produção, repartir, entre os agentes econômicos, os riscos

---

<sup>16</sup> É importante ressaltar que, no que diz respeito à face católica de Ferrari, essa decorria, por um lado, da herança ítalo-católica que foi, juntamente com os alemão-luteranos, responsável pela colonização de São Pedro do Sul. Por outro lado, a formação teológica de Ferrari, quando de seus estudos secundários em Santa Maria, foi muito influenciada pelo desenvolvimento da doutrina social expressa na carta encíclica do Papa Pio XI, de 1931, que propunha, em suma, a operacionalização de um capitalismo em conformidade com a prática e a fé cristã e, portanto, com a distribuição social da riqueza e a harmonia das classes sociais (SILVA, 2011).

inerentes da dinâmica operacional das economias modernas e propiciar a melhora da distribuição da renda e da riqueza da sociedade.

A proposição “ferrariana” de “conciliar o liberalismo político e o dirigismo econômico, objetivando a elevação efetiva do nível de vida da comunidade brasileira” (FERRARI, 1963, p. 26) e que busca uma alternativa entre os regimes autoritários e o liberalismo excludente, identifica-se com os modelos social-liberal ou social-democratas contemporâneos, nos quais as liberdades individuais são preservadas, o intervencionismo é necessário tanto para corrigir as falhas do sistema quanto para propiciar maior igualdade social e Estado e mercado são entendidos como duas instituições simbióticas e complementares. Em suas palavras, “uma intervenção mais ampla do Estado no domínio econômico [...] [visa] os interesses do povo e a solidariedade social” (FERRARI, 1947a, p. 12).

Por fim, considerando que ao longo dos últimos anos o crescimento econômico brasileiro tem sido relativamente baixo e *à la stop-and-go*, a distribuição de renda, apesar da melhora do Índice de Gini, ainda tem se mantido concentrada e o país continua apresentando problemas estruturais. A articulação de um projeto político-econômico-social é imprescindível para que o Brasil possa crescer, sustentavelmente, com inclusão social e distribuição de renda. Pensar nesse projeto é, com certeza, um dos legados de Ferrari.

## Referências

- BAER, W. *The Brazilian Economy: growth and development*. London: Praeger Publishers, 2001.
- BASTOS, P. P. Z. De bom vizinho a aliado fiel: comentários sobre o alinhamento econômico e político do Brasil aos Estados Unidos nos primórdios da Guerra Fria. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, setembro de 2001 (Texto para Discussão, nº 194).
- BIELSCHOWSKY, R. O desenvolvimentismo: do pós-Guerra até meados dos anos 1960. In: PRADO, L. C. D. (Org.). *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro e a Caixa*: conferências. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento; Brasília: Universidade Caixa, p.15-22, 2011.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e crise no Brasil*: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. São Paulo: Editora 34, 2003.
- CAMARGO, A. A. A questão agrária: crise de poder e reformas de base. In: FAUSTO, B. et al. *O Brasil Republicano*: sociedade e política (1930- 1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.121-224, 1996.
- CÁNEPA, M. M. L. *Partidos e representação política*: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- CASTRO, A. B.; SOUZA, F. E. P. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.



COMANDO RENOVADOR. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25 de setembro de 1962, p.7.

DEAN, W. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1971.

DELGADO, L. A. N. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil. In: FERREIRA, J. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.167-203, 2001.

FERRARI, F. *Mensagem renovadora*. Porto Alegre: Globo, 1960.

\_\_\_\_\_. *Minha campanha*. Porto Alegre: Globo, 1961.

\_\_\_\_\_. *Governo reformador*. Porto Alegre: Plataforma de Governo, 1962.

\_\_\_\_\_. *Escravidão da terra*. Porto Alegre: Globo, 1963.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da ordem econômica e social da Constituição*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1947a.

\_\_\_\_\_. Discurso parlamentar. *Anais da Assembleia Legislativa do RS – Volume VII*. 9 a 31 de julho, p.109, 1947b.

\_\_\_\_\_. Discurso parlamentar. *Anais da Assembleia Legislativa do RS – Volume XX*. Outubro, p.363-370, 1948.

\_\_\_\_\_. Discurso parlamentar. *Diário do Congresso Nacional*. 14 de junho, p.3996, 1951.

\_\_\_\_\_. Discurso parlamentar. *Diário do Congresso Nacional – Seção I*. 23 de maio, p. 3199, 1957a.

\_\_\_\_\_. Discurso parlamentar. *Diário do Congresso Nacional – Seção I*. 1º de outubro, p.7806-7807. 1957b.

FERRARI FILHO, F. As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes. *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, v.10, nº 2, p.213-236, maio/agosto, 2006.

FONSECA, P. C. D. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. *Revista de Economia Política*, v.23, nº 1(89), p.133-148, janeiro/março, 2003.

\_\_\_\_\_. A transição capitalista no Rio Grande do Sul: a economia gaúcha na Primeira República. *Estudos Econômicos*, v.15(2), p.263-289, maio/agosto, 1985.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GURRIERI, A. (Org.). *O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios: Raúl Prebisch*. Rio de Janeiro: Contraponto e Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

IPEADATA. *Séries Históricas*. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2013.

LIST, G. F. *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PASQUALINI, A. *Bases e sugestões para uma política social*. Porto Alegre: Rigel, 2008.

PRADO JR., C. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SENHOR. *Depoimento de Fernando Ferrari*. Rio de Janeiro: Delta Larousse, p.74-77, 1960.

SILVA, R. O. *Trabalhismo renovador e questão agrária: Fernando Ferrari e as bases de um projeto para o Brasil*. Porto Alegre, 2011 (mimeo).

VERSIANI, F. R.; VERSIANI, M. T. R. O. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. In: VERSIANI, F. R.; BARROS, J. R. M. (Org.). *Formação Econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. São Paulo: Saraiva, p.121-142, 1977.